

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.312.988 - TO (2018/0149101-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **MARCELO CARMO GODINHO**
AGRAVANTE : **RONALDO AUSONE LUPINACCI**
ADVOGADOS : **MARCELO CARMO GODINHO - GO022307**
: **RONALDO AUSONE LUPINACCI - TO001316**
AGRAVANTE : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **MARCELO SIQUEIRA DE MENEZES - RJ147339**
: **RUTE SALES MEIRELLES - TO004620**
: **RICARDO FASSINA - SP209984**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. SÚMULA 7/STJ. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de arbitramento de honorários advocatícios.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
4. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
6. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A (segundo agravante), contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: arbitramento de honorários advocatícios, ajuizada por MARCELO CARMO GODINHO e RONALDO AUSONE LUPINACCI, em face do BANCO DO BRASIL SA, decorrente de contrato de prestação de serviços advocatícios firmado entre partes.

Sentença: julgou parcialmente procedente o pedido, para condenar o BANCO DO BRASIL S/A ao pagamento do valor equivalente a um terço dos honorários previstos no contrato firmado entre as partes.

Acórdão: conferiu parcial provimento aos apelos interpostos por ambas as partes e redimensionou os ônus sucumbenciais, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÕES. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. REMUNERAÇÃO VINCULADA À SUCUMBÊNCIA. RESILIÇÃO UNILATERAL PELA PARTE CONTRATANTE. PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. REJEIÇÃO.

(...)

PEDIDOS FORMULADOS PELO AUTOR. CUMULAÇÃO IMPRÓPRIA. PREVISÃO CONTRATUAL ACERCA DA VERBA HONORÁRIA. ROMPIMENTO ANTECIPADO DO VÍNCULO CONTRATUAL. DIREITO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELOS SERVIÇOS PRESTADOS. FIXAÇÃO POR ARBITRAMENTO. POSSIBILIDADE. VERBA HONORÁRIA DEVIDA.

(...)

QUANTUM DEBEATUR. REVELIA QUE NÃO ACARRETA A PROCEDÊNCIA TOTAL DA DEMANDA. ANÁLISE AMPLA E DETIDA DA RELAÇÃO JURÍDICA POSTA. ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS TENDO COMO PARÂMETRO O VALOR DAS CAUSAS PATROCINADAS PELO AUTOR. IMPOSSIBILIDADE. CRITÉRIOS. ART. 22 DA LEI Nº 8.906/94. MODERAÇÃO, PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA DEMANDA. SENTENÇA REFORMADA.

(...)

ARBITRAMENTO. NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO. PARÂMETROS.

12. Para as ações patrocinadas pelo autor que estavam julgadas definitivamente na data do desfazimento do contrato (23 de janeiro de 2013), nas quais o Banco tenha sido vencedor, em relação às quais o autor é titular do crédito dos honorários sucumbenciais, individualmente ou em conjunto com os demais advogados do requerido defiro ao apelante 2/3 dos honorários sucumbenciais fixados nas respectivas causas, cujos valores deverão ser apurados em liquidação.

13. Relativamente às ações julgadas definitivamente, nas quais o Banco restou vencido, sendo arbitrados honorários sucumbenciais em favor da parte contrária, com decisão transitada em julgado na data do rompimento do contrato, não são devidos honorários advocatícios ao autor, cabendo aplicar o disposto no parágrafo segundo da cláusula sétima do contrato vigente ao tempo da denúncia operada.

14. Para as ações nas quais ainda não havia condenação na verba sucumbencial na data do desfazimento do contrato, revela-se cabível o arbitramento judicial, de acordo com a fase em que se encontravam cada um dos processos, a fim de remunerar o trabalho realizado pelo autor até a data da rescisão havida, na forma do art. 20, §3º do CPC-73 (atual 85, §2º do CPC-2015) c/c art. 22 da Lei nº 8.906/94, o que deverá ser feito no primeiro grau, em fase de liquidação, haja vista que não consta dos autos cópia integral de cada um dos processos referidos pelo autor, impossibilitando sopesar, nesta instância recursal, os critérios legalmente estabelecidos para definição da verba honorária devida.

SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. FIXAÇÃO PROPORCIONAL.

15. Caracterizada a sucumbência recíproca, devem ambas partes suportar o pagamento das custas e honorários advocatícios de forma proporcional.

16. Verba honorária fixada em R\$60.000,00 (sessenta mil reais), montante que se revela compatível com o trabalho desenvolvido e o valor econômico da questão, remunerando condignamente os causídicos, sendo 2/3 (dois terços) em favor do Advogado do autor, e 1/3 (um terço) para o Advogado do requerido.

17. Recursos conhecidos e parcialmente providos, para reformar a sentença, redimensionando os ônus sucumbenciais. (e-STJ fls. 4513/4516)

Embargos de declaração: interpostos por ambas as partes, foram parcialmente acolhidos, a fim de alterar o dispositivo do voto condutor do acórdão, que passou a ter a seguinte redação:

Diante do exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO a ambos os recursos, para reformar a sentença e julgar parcialmente procedente o pedido autoral, deferindo o arbitramento da verba honorária devida, nos seguintes termos:

a) Para as ações patrocinadas pelo autor que estavam julgadas definitivamente na data do desfazimento do contrato (23 de janeiro de 2013), nas quais o Banco tenha sido vencedor, em relação às quais o autor é titular do crédito dos honorários sucumbenciais, individualmente ou em conjunto com os demais advogados do requerido

defiro ao apelante 2/3 dos honorários sucumbenciais fixados nas respectivas causas, cujos valores deverão ser apurados em liquidação, por mero cálculo aritmético;

b) Relativamente às ações julgadas definitivamente, nas quais o Banco restou vencido, sendo arbitrados honorários sucumbenciais em favor da parte contrária, com decisão transitada em julgado na data do rompimento do contrato, não são devidos honorários advocatícios ao autor, nos termos do parágrafo segundo, da cláusula sétima, do contrato vigente ao tempo da denúncia operada;

c) Para as ações nas quais ainda não havia condenação na verba sucumbencial na data do desfazimento do contrato, deverá ser feito o arbitramento judicial, no juízo de origem, de acordo com a fase em que se encontravam cada um dos processos, na forma do art. 20, §3º do CPC-73 (atual 85, §2º do CPC-2015) c/c art. 22 da Lei nº 8.906/94, mediante liquidação por artigos (art. 475-E do CPC-73) atual liquidação pelo procedimento comum (atual art. 509 do CPC-2015).

c.1) Na hipótese de ser adotado como parâmetro para cálculo dos honorários o valor das causas patrocinadas pelo autor, incidirá a correção monetária a partir do respectivo ajuizamento da ação, nos termos da Súmula 14, STJ.

d) Nas execuções não extintas totalmente, deverão ser observados os seguintes parâmetros:

d.1) se já fixada a verba honorária devida nas ações de execução, o Embargante fará jus à 2/3 do respectivo valor;

d.2) se ainda não fixada, deverá ser arbitrada proporcionalmente, na fase de liquidação, segundo os critérios do art. 85 do CPC, considerando a atuação do Embargante;

d.3) se fixados honorários advocatícios sucumbenciais nos respectivos embargos, abrangendo também o feito executivo, será considerado este montante, adotando-se a proporção do item d.1).

Fixo a verba honorária em R\$60.000,00 (sessenta mil reais) sendo 2/3 (dois terços) em favor do Advogado do autor, e 1/3 (um terço) para o Advogado do requerido, admitida a compensação, nos termos da Súmula nº 306 do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista que o recurso foi interposto na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

As custas processuais deverão ser arcadas por ambas as partes, na proporção de 1/3 (um terço) a ser pago pelo autor e 2/3 (dois terços) pelo requerido.

O valor da condenação deverá ser atualizado na forma estabelecida na sentença, ou seja, correção monetária pelo INPC-IBGE desde a propositura da ação e juros moratórios à taxa de 1% ao mês (CC, art. 406, c/c art. 161, § 1º, do CTN) contados da citação na presente demanda (CC, 405).

Recurso especial: alega violação dos arts. 421, 427, 428, 478 e 884 do CC/02 e 6º da LINDB, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que "(...) não existe dúvida que a força vinculativa do contrato, querida pelas partes contratantes e garantida pela ordem jurídica, sempre foi, e continua a ser, elemento essencial, permanente do contrato; não há contrato a cujo cumprimento não esteja as partes adstritas." (e-STJ fl. 4823)

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pelo agravante não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 421, 427, 428, 478 e 884 do CC/02; e 6º da LINDB.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos dispositivos legais indicados como violados. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, neste caso, a Súmula 282/STF.

Ressalto, por oportuno, que referidos artigos foram mencionados pela primeira vez no recurso especial, caracterizando verdadeira inovação das teses de defesa, de modo que não era dado ao TJ/TO analisar a controvérsia tendo em vista tais normas.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os art. 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Ademais, a falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência inviabiliza, também, a análise do dissídio. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.579.618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1.283.930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro em 10% o valor dos honorários devidos pelo segundo agravante fixados anteriormente.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora